

Palavras do Diretor

O presente número inicia-se com o artigo de Ana Luiza Viana, *Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas*, que resenha estudos clássicos e recentes sobre políticas públicas, priorizando o entendimento de quatro fases da política: construção da agenda; formulação de políticas; implementação de políticas; e avaliação de políticas.

Paulo R. Guimarães da Silva e Hélène Rivière d'Arc, em *Participação Social: Instrumento de Gestão Pública? Elementos para um Debate sobre a Gestão de Cidades Brasileiras. Quais as Perspectivas nos Anos 90?*, tomando como referência o caso das cidades de Salvador, Recife e Curitiba, refletem sobre alguns aspectos relativos à questão da participação social na gestão pública, sobretudo o alcance dos processos participativos nos governos locais nos anos 80, muito embora na perspectiva dos anos 90, o que constitui ainda um desafio teórico e prático.

Janina Fleury Teixeira Gonçalves, em *Política Brasileira de Bem-Estar: Relações entre Estado, Formuladores de Políticas e Clientela. Um Instrumento Analítico para a Formulação de Políticas*, pretende, preliminarmente, propor uma metodologia que enfatize a ligação entre o processo de mudança social e as idéias teóricas desenvolvidas para explicá-lo, não esquecendo que a referida relação é biunívoca. O objetivo é chegar a uma abordagem menos mecânica, capaz de captar a conexão dialética entre o mundo das idéias (teoria) e o da prática (políticas). A autora alerta para a necessidade de perceber, neste contexto, os mecanismos pelos quais as necessidades sociais são transformadas em demanda e como essas necessidades são algumas vezes fabricadas.

Sadi Dal-Rosso, em *A Inspeção do Trabalho*, elabora uma análise conceitual da inspeção do trabalho através da perspectiva social. Discute, ainda, o futuro da inspeção do trabalho em consonância com a proposta da participação societária no controle das condições de trabalho.

Sergio Proença Leitão, em *O Poder no Contexto da Decisão Organizacional*, afirma que a decisão organizacional é explicada pelas múltiplas relações das dimensões que o contextualizam, destacando neste artigo uma dessas dimensões: o poder.

José Carlos Barbieri, em *O Estudo Prévio de Impacto Ambiental no Estado de São Paulo*, a partir do relato da experiência de São Paulo, analisa o objetivo dos estudos prévios de impacto ambiental, bem como suas implicações, alertando para o fato de que, devido a sua natureza complexa do ponto de vista processual, esse instrumento deve ficar reservado apenas para os grandes empreendimentos públicos ou privados.

Frederico A. de Carvalho e Valdecy Faria Leite, em *Adoção do Franchising pelos Correios do Brasil: uma Análise à Luz da Literatura*, analisam as principais razões que levaram a administração dos Correios do Brasil a escolher esse formato organizacional para o atendimento postal em nosso país.

A partir deste número, a *RAP* passará a publicar regularmente a sessão *Reforma do Estado e Governança — Programa de Estudos e Pesquisas*, sob a responsabilidade da prof^a Sonia Fleury.